

FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO
DA DEFENSORIA PÚBLICA - FAADEP

Relatório de Desempenho

JAN - DEZ

20
24

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ



DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Sâmia Farias Costa Maia

SUBDEFENSOR GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

Leandro Sousa Bessa

SECRETÁRIO EXECUTIVO

Samuel Marques

DIRETORA DA ESCOLA SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA

E SUPERVISORA DO NÚCLEO DE ESTÁGIO

Amélia Soares Rocha

ASSESSOR JURÍDICO

Petrus Henrique Gonçalves Freire

ASSESSOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Bruno Fiori Palhano Melo

ASSESSORA DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

Lia Cordeiro Felismino

ASSESSORA DE PLANEJAMENTO E CONTROLE

Denise Sousa Castelo

COORDENADOR DAS DEFENSORIAS DA CAPITAL

Manfredo Rommel Cândido Maciel

COORDENADORA DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Aline Pinho Romero Vieira

SUBCOORDENADOR DAS DEFENSORIAS DO INTERIOR

Guilherme Queiroz Maia Filho

Antônio Lopes Filho



ASSESSORA DE RELACIONAMENTO E ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Yamara Alves Lavor Viana

ASSESSORA DE PROJETOS

Camila Vieira Nunes Moura

CONTROLADORA INTERNA

Ana Carolina Corrêa Lima Collins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Nídia de Matos Nunes

SECRETÁRIO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Elienai Amaro de Sousa

SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Kátia Burgos Monteiro

SECRETÁRIA DE COMUNICAÇÃO

Bianca Felippsen

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Antônio de Pádua Dias Costa Júnior

SECRETÁRIO DE FINANÇAS

Milton Luiz da Silva Medeiros

SECRETÁRIO DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Elias Xerxes Pinheiro Xerez

SECRETÁRIA DE ARQUITETURA, ENGENHARIA E MANUTENÇÃO

Karinny Ferreira Victor



Sumário

Palavra da Defensora Geral // 6

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional // 8

1.1. Descrição geral // 8

1.2. Missão e Finalidade // 9

1.3. Competência // 9

1.4. Estrutura organizacional // 9

2. Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades // 10

2.1. Metodologia // 10

2.2. Plano de Atuação // 12

2.3. Identidade Organizacional // 13

2.4. Estratégias // 14

2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores // 15

2.6. Orçamento Participativo // 23

3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infra-estrutura e quadro de pessoal // 28

3.1. Fontes // 28



4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados // 31

4.1. Execução dos programas de governo // 31

4.2. Execução dos projetos e atividades // 32

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações // 35

5.1. Indicadores de Gestão // 35

5.2. Indicadores de Desempenho // 46

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso. // 51

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres; // 52

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades; // 53

9. Conclusão // 54

10. Bibliografia // 56

Palavra da Defensora Geral

Perseverar, resistir e, acima de tudo, acreditar no papel transformador da Defensoria Pública é o que nos move todos os dias. Ao apresentar este Relatório de Desempenho do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará (FAADEP), reafirmo nosso compromisso com uma gestão pública eficiente, transparente e, sobretudo, comprometida com quem mais precisa. Mais do que prestar contas, este documento é uma expressão viva de como a boa gestão dos recursos públicos impacta diretamente na vida das pessoas e fortalece a democracia.

O fortalecimento da Defensoria Pública passa, necessariamente, pela consolidação de instrumentos que garantam sua autonomia administrativa e financeira, sem os quais não seria possível planejar, investir, crescer e, principalmente, entregar justiça social onde ela é mais urgente. O FAADEP é, sem dúvida, um dos pilares dessa construção institucional. Falar do FAADEP é falar de autonomia, de estrutura, de capacidade de expansão, de inovação e, sobretudo, de compromisso com um serviço público que transforma realidades, promove cidadania e amplia a dignidade das pessoas.

Cada centavo arrecadado e aplicado traduz nossa luta histórica por uma Defensoria Pública forte, presente em todos os territórios, estruturada e capaz de prestar um serviço digno, humano, qualificado e eficiente. Essa não é uma escolha apenas de gestão — é uma escolha institucional, coletiva, construída diariamente por defensoras, defensores, servidoras, servidores, estagiários e colaboradoras e colaboradores, que atuam na linha de frente na defesa de direitos, na redução das desigualdades e no enfrentamento das múltiplas formas de injustiça que ainda persistem no nosso Estado.

O ano de 2024 foi, ao mesmo tempo, desafiador e simbólico. Pela primeira vez, ultrapassamos 1,9 milhão de procedimentos, impactando diretamente quase dois milhões de pessoas e, indiretamente, mais de sete milhões de cearenses. Esse resultado só foi possível porque temos um FAADEP fortalecido, que viabiliza desde a manutenção das nossas sedes até investimentos estratégicos em tecnologia, modernização administrativa, formação continuada, expansão dos serviços e melhoria contínua das condições de trabalho de quem faz a Defensoria.

Nosso compromisso com uma gestão financeira qualificada, responsável e socialmente comprometida é permanente. Avançamos na racionalização dos gastos, na modernização dos processos, na ampliação das receitas próprias e, sobretudo, no fortalecimento da transparência. Cada investimento realizado se traduz em mais atendimento, mais acesso à justiça, mais presença da Defensoria nas comunidades e mais capacidade de garantir proteção, acolhimento e efetividade dos direitos.

Este Relatório reflete mais do que números — reflete escolhas, prioridades e compromissos institucionais. Desde 2015, mantemos um processo democrático de Orçamento Participativo, que, em 2024, contou com quase 800 manifestações populares e audiências públicas em todas as macrorregiões do Estado. Foi ouvindo quilombolas, indígenas, pescadores, marisqueiras, pessoas LGBTQIA+, moradores e moradoras de áreas rurais e urbanas, além de representantes de diversos movimentos sociais, que definimos, juntos, as prioridades de investimento e de atuação da Defensoria.

Não por acaso, alguns dos maiores avanços vieram da expansão no interior, do fortalecimento dos núcleos especializados — como infância, mulheres, população em situação de rua, populações LGBTQIA+, idosos, povos tradicionais e outros grupos vulnerabilizados — e da modernização dos nossos sistemas de gestão. Avançamos também na melhoria das estruturas físicas, na ampliação das equipes psicossociais e técnicas, no fortalecimento de projetos estruturantes e na expansão dos canais de atendimento, cada vez mais acessíveis, humanizados e digitais.

O FAADEP também sustenta políticas inovadoras, inclusivas e absolutamente fundamentais. A terceira edição do Mutirão Transforma garantiu que quase 200 pessoas trans e travestis realizassem gratuitamente a retificação de seus registros civis — um ato que significa muito mais do que um documento: significa reconhecimento, dignidade, respeito e cidadania.

Todos esses avanços só são possíveis porque temos uma gestão comprometida, alinhada ao nosso planejamento estratégico, aos nossos princípios institucionais e à missão constitucional de prestar assistência jurídica integral e gratuita, com excelência, ética, empatia e responsabilidade social. A transparência não é apenas um princípio formal — é um valor que atravessa, de ponta a ponta, toda a nossa atuação.

Por isso, este Relatório é mais do que uma obrigação legal de prestação de contas à sociedade. É um instrumento de diálogo, de escuta, de participação e de reafirmação do nosso compromisso com um Ceará mais justo, inclusivo, democrático e com mais direitos para todas as pessoas. Que cada dado aqui apresentado fortaleça, ainda mais, a compreensão da Defensoria Pública como uma conquista do povo brasileiro — uma instituição essencial à justiça e à democracia.

Sâmia Farias

**DEFENSORA PÚBLICA
GERAL DO ESTADO DO CEARÁ**



1

Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

1.1. Descrição geral

A criação do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP adveio por meio da Lei nº 13.180/2001 com o escopo de destinar os recursos para apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Instituição.

A Lei nº 15.490/2013 alterou o art. 2º da mencionada legislação dispondo o que se compreende como “programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará”:

“o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.” (NR)

A Lei 18.083/2022 alterou o art. 3º da mencionada legislação dispondo que a data de vencimento das guias de recolhimento será definida em Instrução Normativa expedida pelo Defensor Público Geral.

Importante registrar ainda, que a citada Lei 15.490/2013 além de redefinir o “programa de trabalho”, também acrescentou, como fonte de receita, os 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelo Serviços Notariais e de Registros.

Assim, após a nova fonte de receita e tendo em vista a necessidade de gerir também a nova fonte de receita, foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF).

1.2. Missão e Finalidade

Os recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP se destinam a apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela DPGE, agregam um conjunto de ações na consecução de suas atribuições, inclusive pessoal, no que se refere à qualificação profissional.

1.3. Competência

Conforme o artigo 1º e 2º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará - FAADEP, cujos recursos se destinam a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho por ela desenvolvidos ou coordenados.

Consoante já mencionado, compreende-se como programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, o conjunto de ações relativas à consecução e manutenção das suas atribuições, a realização de despesas correntes, de capital e de custeio, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, verbas indenizatórias, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.

1.4. Estrutura organizacional

Em 2014 foi editada a Instrução Normativa nº 9/2014, que, passou a prever, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Ceará, o Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro (COGAOF)

O art. 4º da Instrução Normativa nº 9/2014, publicada no DOE nº 217, no dia 19 de novembro de 2014, alterada pela IN nº 11/2015, publicada no DOE nº 040, em março de 2015, estabelece que o COGAOF (Comitê de Gestão Pública e Acompanhamento Orçamentário e Financeiro) será composto pelos seguintes membros: I – Secretário Executivo; II – Assessor de Planejamento e Controle; III – Assessor de Desenvolvimento Institucional; IV – Assessor de Projetos; V – Chefe da Assessoria Jurídica da Defensoria Pública; VI - Coordenador Administrativo Financeiro.

O §1º do mesmo dispositivo do referido diploma legal (IN nº 09/2014) define que o COGAOF será coordenado pelo Secretário Executivo da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

2

Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

2.1. Metodologia

Dentro dos princípios da continuidade administrativa, da impessoalidade e da eficiência manteve-se como ferramenta de gestão estratégica a metodologia dos “Indicadores Balanceados de Desempenho” (“Balanced Scorecard” - BSC).

O BSC, desenvolvido em 1992 pelos professores da Harvard Business School (HBS) Robert Kaplan e David Norton, desdobra os objetivos estratégicos, a visão e a missão da organização em indicadores de desempenho para monitoramento estratégico.

O BSC é estruturado em perspectivas organizacionais que refletem o equilíbrio entre objetivos de curto e longo prazo, entre medidas financeiras e não-financeiras, entre indicadores de tendências e ocorrências, entre as perspectivas interna e externa de desempenho.

Este conjunto abrangente de medidas serve de base para o sistema de medição e gestão estratégica por meio do qual o desempenho organizacional é mensurado de maneira equilibrada sob as quatro perspectivas.

Entretanto, e face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública, revisou-se parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo BSC, adotando-se as perspectivas:

- **Usuário e Sociedade (perspectiva dos clientes):** está intimamente ligada à visão da instituição e a forma com que esta desenvolve relações institucionais com seus usuários e a sociedade em geral. Sua proposta é monitorar a maneira pela qual a instituição entrega o serviço ao usuário e contribui para a sociedade, definindo indicadores de satisfação e trabalhando em cima dos resultados relacionados ao mesmo;

- **Estruturante (perspectiva dos processos internos):** relaciona-se com a identificação de processos críticos para a realização dos objetivos das demais perspectivas. No presente planejamento foca-se nos processos necessários a plena estruturação dos serviços prestados, em especial a implementação da autonomia, a expansão dos serviços prestados e o aprimoramento da eficiência das práticas administrativas adotadas;

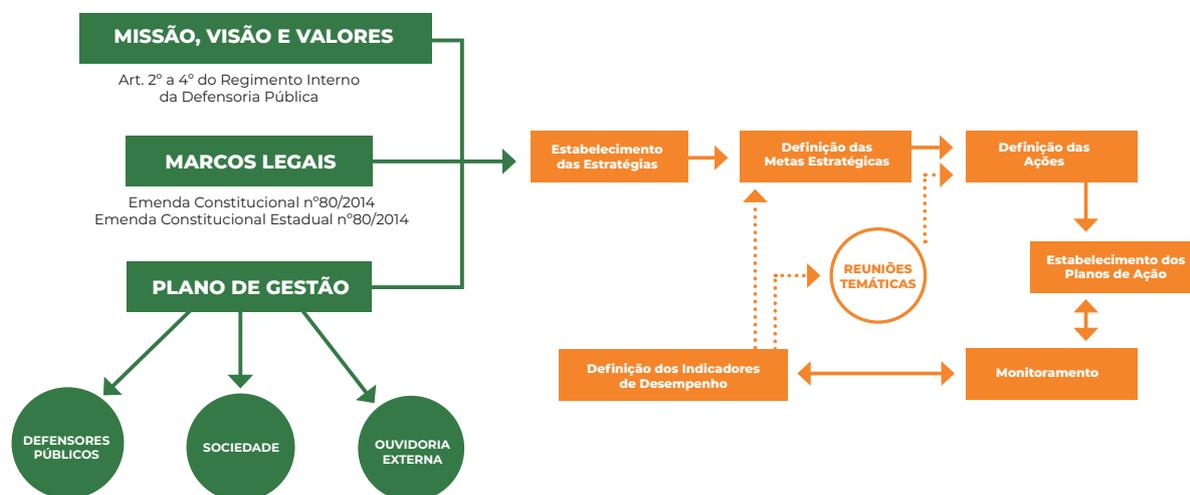
- **Desenvolvimento Institucional (perspectiva do aprendizado e crescimento):** consiste no desenvolvimento de objetivos e medidas para garantir o desenvolvimento institucional da Defensoria Pública, em especial para o cumprimento da obrigação constitucional de ampliação do acesso à justiça. Liga-se diretamente ao investimento em recursos humanos, sistemas, equipamentos, infraestrutura e capacitação e formação profissional dos seus membros e colaboradores;

- **Orçamentária (perspectiva financeira):** prestigia tanto a aplicação eficiente e transparente dos recursos financeiros destinados a Defensoria Pública como o incremento das destinações orçamentárias à mesma, de forma a garantir o tratamento isonômico da Defensoria Pública em relação às demais instituições do sistema de justiça.

As perspectivas acima encontram-se inter-relacionadas, estabelecendo-se estratégias, ações e indicadores que assegurem o atingimento dos objetivos traçados.

Conforme orienta o BSC, as estratégias, ações e indicadores foram agrupados, em uma relação de causa e efeito com as perspectivas, em um Mapa Estratégico correlacionado com a Missão, Visão e Valores da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por fim detalha-se as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis em uma Matriz de Projetos, Metas e Indicadores.



O resultado final desenvolvido foi o conjunto de Estratégias, Metas, Ações ou Projetos, Planos de Ação e Indicadores que densificaram o presente Plano de Atuação.

2.2. Plano de Atuação

O grande desafio para o presente Plano de Atuação foi a compatibilização entre a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará (está definida e normatizada pelos artigos 2º ao 4º do Regime Interno da Defensoria Pública do Estado do Ceará), os marcos legais constitucionais (os quais impõe um extenso rol de obrigações à instituição, em particular a expansão de seus serviços como forma de ampliação do acesso à justiça) e o Plano de Gestão construído pela Defensoria Pública Geral do Estado por ocasião de seu processo de escolha em conjunto com os demais membros da carreira, sociedade civil e ouvidoria externa.

Em um primeiro momento cortejou-se os marcos legais constitucionais com a própria Identidade Organizacional da Instituição, verificando a necessidade ou não de alguma redefinição desta última face as novas obrigações constitucionais (em especial a autonomia plena e a necessidade de provimento de serviços a todas as unidades jurisdicionais).

Após verificar-se que a plena compatibilidade da atual Identidade Organizacional com as novas obrigações constitucionais, e em consonância com a mesma, o Plano de Gestão retromencionado foi utilizado para a concepção das Estratégias, Ações ou Projetos, Metas e Indicadores apresentadas no presente Plano de Atuação.

Deste ponto insurgiu a necessidade de, face as peculiaridades dos serviços prestados pela Defensoria Pública bem como os novos desafios trazidos pelas Emendas Constitucionais citadas, revisar parcialmente a terminologia original das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC. das 4 (quatro) perspectivas adotadas pelo modelo BSC.



Remodelando-se estas perspectivas organizacionais, as estratégias e metas foram desenvolvidas conforme as diretrizes essenciais do Plano de Gestão, gerando-se então o Mapa Estratégico da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Por último, e para a concretização de cada estratégia, concebeu-se ações operacionais a esta associada. Cada ação, por sua vez, possui indicadores de desempenho, prazos de execução e responsáveis; sendo a mesma detalhada através de um plano de ação e o cronograma a este associado.

2.3. Identidade Organizacional

A Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará, definida nos artigos 2º ao 4º de seu Regimento Interno, refletindo-se em três aspectos:

- **Missão:** é, em essência, o propósito da organização;
- **Visão:** é a direção ou caminho que a instituição pretende percorrer, ou ainda, é o local que a instituição pretende alcançar dentro da sociedade;
- **Valores:** são os princípios comportamentais que a instituição e os seus membros devem adotar no cotidiano de atuação.

Em nome da unidade deste Plano de Atuação, detalha-se a Identidade Organizacional da Defensoria Pública do Estado do Ceará:

MISSÃO (art. 2º, RI DPGE)	Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.
VISÃO (art. 3º, RI DPGE)	Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao sistema de justiça.
VALORES (art. 4º, RI DPGE)	<p>Legalidade, Impessoalidade e Moralidade: obedecer aos princípios constitucionais regentes da Administração Pública, notadamente ao que concerne ao zelo pelo interesse público, pela probidade e pela moralidade administrativas;</p> <p>Eficiência e Eficácia: prestar serviço em grau de excelência à população, buscando cumprir seus objetivos institucionais, de forma plena e efetiva;</p> <p>Transparência e Publicidade: praticar os atos com visibilidade, aprimorando os canais de comunicação;</p> <p>Cooperação: trabalhar em equipe, compartilhando responsabilidades e resultados;</p> <p>Ética: agir com integridade e higidez moral em todas as ações e relações institucionais;</p> <p>Responsabilidade Socioambiental: adotar padrões de responsabilidade socioambiental nas ações cotidianas;</p> <p>Inovação: permanente processo de reinvenção das rotinas de trabalho para otimizar os recursos disponíveis;</p> <p>Modernização: adotar modelos de gestão administrativos atuais para alcançar a missão institucional.</p>

Fonte: Planejamento Estratégico 2024-2025

2.4. Estratégias

As estratégias concebidas para o biênio 2024-2025 além de orientarem a Defensoria Pública do Estado do Ceará no cumprimento de sua Missão, buscarão também direcionar a instituição para o cumprimento das obrigações constitucionais trazidas pelas emendas constitucionais já retromencionadas, em especial a implementação da plena autonomia e o amplo acesso à justiça.

Organizou-se as estratégias segundo interconexões de causa e efeito destas com a Missão e Visão da Defensoria Pública do Estado do Ceará, resultando ao final na confecção do Mapa Estratégico do presente plano.

Houve, em relação aos planejamento anteriores, uma racionalização da quantidade de estratégias adotadas, gerando tanto uma maior eficiência no entendimento do planejamento como uma potencialização da sinergia entre as ações associadas.

Criou-se uma simbologia própria para cada estratégia, que refletiu-se na composição da Matriz de Ações, Metas e Indicadores, criando-se desta forma uma clara correlação entre a estratégia e a ação planejada. Destaca-se ainda que, assim como nos demais biênios contemplados pelo plano de atuação, a Perspectiva Orçamentária (perspectiva financeira) consubstancia-se no pilar central para a execução do planejamento adotado; perpassando todas as demais perspectivas e sendo condição lógica básica das mesmas.

Apresenta-se a seguir o Mapa Estratégico concebido para o Plano de Atuação 2024-2025:

MISSÃO

Promover a assistência jurídica integral e gratuita a todos os necessitados, prestando serviço público eficiente e eficaz.

VISÃO

Consolidar-se como instituição de excelência, reconhecida e valorizada por toda a sociedade como essencial ao Sistema de Justiça.

Usuário e Sociedade

Perspectiva do cliente

- Atender com eficiência, eficácia e qualidade

- Estimular a participação popular na gestão da instituição

- Aprimorar a transparência administrativa

Estruturante

Perspectiva dos processos internos

- Desenvolver estruturas próprias ao exercício da autonomia financeira e administrativa

- Ampliar a infraestrutura das unidades localizadas no interior

- Incrementar o parque tecnológico e os sistemas legados

Desenvolvimento Institucional

Perspectiva de aprendizado e crescimento

- Expandir a presença da DPGE nas unidades jurisdicionais

- Fomentar a capacitação contínua de membros e colaboradores

- Dinamizar a comunicação interna

Orçamentária

Perspectiva Financeira

- Utilizar de forma eficiente os recursos alocados

- Exercitar a autonomia financeira na gestão e elaboração do orçamento

- Desonerar o custeio da instituição oriundo de fonte própria

2.5. Matriz de Projetos, Metas e Indicadores

Do Mapa Estratégico montado extraiu-se as 65 (sessenta e cinco) Ações ou Projetos que implementarão as estratégias concebidas. Frisa-se que muitas ações ou projetos tem caráter transversal, ou seja, sua realização impacta uma ou mais das estratégias elaboradas.

Por sua vez cada Ação ou Projeto encontra-se associado a um Plano de Ação, o qual detalha as etapas e atividades a serem desenvolvidas, as metas, os resultados esperados, os indicadores de desempenho, os prazos de execução e os responsáveis pela ação. Por fim o conjunto destas informações é utilizado no monitoramento do Plano de Atuação.

Destaca-se ainda a racionalização dos indicadores de desempenho, os quais foram agrupados em categorias segundo a forma de cálculo dos mesmos; procedimento este que geram uma melhor compreensão do seu funcionamento e portanto otimizando os processos de monitoramento.

Ademais, e considerando a transversalidade das Ações ou Projetos com as Estratégias, criou-se indicadores de desempenho para cada Estratégia considerando-se a intensidade do impacto de cada Ação ou Projeto para a estratégia considerada.

Por fim criou-se um indicativo de desempenho para cada perspectiva considerada no Plano de Atuação, este resultante na média dos indicadores de desempenho das Estratégias associadas a cada perspectiva.

Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2024-2025

N.	Projeto	Resp.	Ind	Meta	Estratégia	% Exec.
1	Concluir o projeto de virtualização dos processos administrativos	ADINS	IEC	Efetivar a utilização de Sistema de Virtualização do Processos Administrativos	OR1 US3 US1	100%
2	Aperfeiçoar o sistema de Folha de Pagamento	ADINS	IEC	Implantar melhorias no sistema de Folha de Pagamento	ES1 OR2	82%
3	Adequar os sistemas da Defensoria a LGPD	ADINS	IEC	Adotar as melhorias sugeridas por empresa especializada	ES3	100%
4	Unificar os Sistemas Integra e Nossa Defensoria	ADINS	IEC	Implantar novo Sistema de Integração na Defensoria	DI3 ES3 US3	25%

5	Fomentar a gestão dos colaboradores da Defensoria	ADINS	ICO	Implantar Sistema de Gestão de Colaboradores	ES3 ORI	100%
6	Adoção de nova Carteira Funcional Digital para os Defensores(as)	ADINS	ICO	Disponibilizar nova Carteira Funcional Digital para os Defensores(as)	US1 ES1	100%
7	Implementação de arquivo único e guarda dos processos legados da Defensoria	SEEXEC	IEC	Implantar novo Arquivo e guardar dos processos físicos	ORI US1	67%
8	Implementação do Relatório Automatizado dos Estagiários	ARINS	ICO	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários	US2 US1	100%
9	Ampliar a figura do mediador comunitário para fomento da política de solução extrajudicial de conflitos com a participação direta da comunidade;	ARINS	IPE	Aumentar o quantitativo de mediadores comunitários	US2 US1	100%
10	Propor a criação do Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	ARINS	IEC	Implantar o Grupo de Trabalho para Defesa das Populações Tradicionais	US2 US1	0%
11	Contribuir para a ação interiorizada da Ouvidoria Externa, com vistas a facilitar o diálogo da sociedade civil com a Defensoria Pública em todas as comarcas em que estiver instalada e sedimentar a importância de Instituição para a comunidade	ARINS	IEC	Fortalecer a Ouvidoria Externa em seu atendimento no interior do Estado	US2 US1	100%
12	Fomentar a Capacitação para diversificar e ampliar a participação de defensores públicos em entrevistas, programas de televisão, rádio e outros meios de comunicação	ASCOM	ICO	Capacitação para os Defensores(as) em Comunicação Externa	DI2 DI3	100%
13	Ampliar o número de novas sedes Defensoriais no interior do Estado do Ceará	ASPLAC	IEC	Disponibilizar defensores para auxiliar na área criminal	DI1	83%
14	Ampliar e aprimorar a estrutura dos órgãos de atuação dos defensores do segundo grau	ASPLAC	IEC	Realizar melhorias na infraestrutura do Núcleo do 2º Grau	US1	67%
15	Avançar na ampliação e modernização das sedes próprias da Defensoria	ASPLAC	IEC	Ampliar, modernizar e reformar os Núcleos da Defensoria	US1	50%
16	Aproximar o Defensor Público do CONSUP, garantindo ampla e absoluta publicidade das deliberações e decisões	ASPLAC	IEC	Publicização das deliberações do CONSUP	US3	67%
17	Virtualização do Processos do CONSUP com possibilidade de acesso direto aos Defensores	ASPLAC	IEC	Efetivar a virtualização dos Processo do CONSUP em novo sistema de processo virtual	US3	0%

18	Elaborar projetos para futuras instalações da Central de Atendimento dos Defensores Públicos	ASPLAC	ICO	Elaborar projetos arquitetônicos da Nova Central de Atendimento dos Defensores Públicos	ES2 DII	0%
19	Implantação de Econúcleos no Interior do Estado através de formalização de Convênios	ASPLAC	IEC	Inauguração de Econúcleos no Interior do Estado	DII ES2	25%
20	Criação de setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	ASPLAC	ICO	Implantar o setor para elaboração de Plantas e Memoriais Descritivos para subsidiar as Ações de Usucapião na Capital	US1	100%
21	Criar Laboratório de Inovação destinado à concepção e implantação de soluções inovadoras no âmbito da DPGE-CE	ASPRO	ICO	Implantar o Laboratório de Inovação	ORI US1	100%
22	Fomentar ações de sustentabilidade e de preservação do meio ambiente no âmbito interno da Defensoria Pública	ASPRO	IEC	Implantação de coleta seletiva ou utilização de energias renováveis na sede da Defensoria Pública do Estado do Ceará e/ou interlocução com cooperativa de catadores da região	ORI	0%
23	Ampliar o atendimento jurídico prestado para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes	ASPRO	ICO	Disponibilizar atendimento Defensorial no Escritório Popular da Juventude através de Convênio com a UFC e Secretaria da Juventude	US1 US2	100%
24	Ampliar a atuação da Defensoria Pública no combate à violência doméstica e familiar contra as mulheres na Capital e no Interior do Estado	ASPRO	IEC	Disponibilizar Defensor(a) nas novas Casas da Mulher Cearense e Brasileira	US1 DII	80%
25	Aperfeiçoar e aumentar a assistência jurídica prestada pela Defensoria Pública à população em situação de rua	ASPRO	IEC	Realizar 06 atendimentos itinerantes na Capital e região metropolitana	DII US1	100%
26	Monitorar e buscar editais abertos pelos governos federal, estadual e municipal para o financiamento de projetos, além de buscar a captação de recursos e o desenvolvimento de parcerias para melhorar a atuação defensorial e as condições das pessoas em situação de vulnerabilidade	ASPRO	IEC	Captar recursos convênios/parcerias com o Governo Municipal, Estadual e Federal	OR3 OR2	75%

27	Ampliar a divulgação de ações, projetos, atuações e práticas exitosas realizados pelos Defensores Públicos da Capital e do Interior do Estado	ASPRO	IEC	Implantar ações de apoio em Projetos Inovadores na Defensoria Pública (Inscrições no INOVARE)	DI2	0%
28	Ampliar a utilização do aplicativo de agendamento, desburocratizando e humanizando o acesso do assistido à Defensoria Pública, fazendo com que o assistido somente se desloque no dia já agendado para atendimento com o Defensor Público	ASREC	IEC	Aumentar o quantitativo de adesões ao uso do aplicativo	US1 ES3	38%
29	Capacitação semestral da equipe do 129, identificando equívocos de informações e/ou encaminhamentos, evitando o deslocamento desnecessário do assistido.	ASREC	IEC	Realizar capacitações semestrais	DI2	50%
30	Aumentar a quantidade de colaboradores na equipe do 129, promovendo a divulgação dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Ceará, evitando o deslocamento desnecessário do assistido	ASREC	IEC	Contratar mais colaboradores para a equipe do 129	US1	0%
31	Criação de “passo a passo”, através do Direito Visual, a ser entregue para o assistido após a interposição da inicial, explicando como acompanhar o seu processo com o Defensor Público, contendo informações sobre as formas de agendamento e atendimento do núcleo da Defensoria Pública que será responsável para acompanhar o processo	ASREC	IEC	Aprimorar técnicas de informação de como o assistido possa acompanhar o seu processo após interposição inicial	US1	25%
32	Aplicar a Linguagem Simples (movimento social e técnica de comunicação que torna o conteúdo acessível para o maior número de pessoas) e Direito Visual (“Visual law” – transformação da informação jurídica em algo mais acessível) no site da Defensoria Pública do Estado do Ceará, facilitando a compreensão da informação ao assistido	ASREC	IEC	Aplicação da Linguagem Simples e Direito Visual no Site da Defensoria Pública do Estado do Ceará e na indicação de documentação necessária para interposição de ações judiciais	ES3 US3	33%
33	Aprimorar os mecanismos de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas, a fim de evitar que sejam exercidas em prejuízo da atividade ordinária	CDC/CDI	ICO	Implantar nova metodologia de escolha e acompanhamento das atividades cumulativas	OR1 DI1	100%
34	Ampliar a atuação da Defensoria no interior com a abertura de Defensorias em novas Comarcas	CDC/CDI	IEC	Ampliar a interiorização da Defensoria Pública	DI1 US1	78%
35	Criar fluxo de acompanhamento informatizado de projetos, reuniões e demais atividades da Coordenadoria das Defensorias do Interior	CDC/CDI	IEC	Implantar Sistema de Gestão de Atividades para o CDC/CDI	ES3 US3	80%

36	Ampliar o Orçamento da Defensoria	DPGE	IEC	Aumentar os Orçamentos da Defensoria nos anos 2024 e 2025	OR2	50%
37	Fomentar a arrecadação do FAADEP	DPGE	IEC	Implantar o Setor de Arrecadação	OR1	100%
38	Ampliar o quadro de apoio administrativo	DPGE	IEC	Aumentar o efetivo de profissionais contratados na área administrativa e aumentar disponibilidade de cargos comissionados para área administrativa	OR3	100%
39	Realizar desoneração do FAADEP, com ampliação da transferência de despesas para o Tesouro	DPGE	ICO	Aumentar o orçamento de custeio da Defensoria na Fonte Tesouro	OR2	0%
40	Incluir na lei o pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	DPGE	IEC	Publicar alteração da Lei referente ao pagamento de atividade cumulativa nas substituições automáticas	US3 OR1	0%
41	Implantar a Lei de Acervo de Produtividade	DPGE	IEC	Publicar a Lei para o Acervo de Produtividade	OR2	0%
42	Nomear mais Defensores Públicos para o fortalecimento da interiorização da Defensoria Pública	DPGE	IEC	Nomear Defensores Públicos para lotação nos municípios do interior do Estado Ceará	DI1 US1	67%
43	Atualizar constantemente o auxílio saúde para avançar ainda mais na política de atenção à saúde	DPGE	ICO	Atualizar o valor financeiro do Auxílio Saúde para Defensores/Servidores	OR2	0%
44	Ampliar e fortalecer a equipe psicossocial, sobretudo para os núcleos especializados	DPGE	IEC	Realizar a contratação de Psicólogas e Assistentes Sociais	US1 DI1	33%
45	Aumentar o número de Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	DPGE	IPE	Disponibilizar mais Assessores para o desenvolvimento das atividades defensorias	US1 DI1	100%
46	Aumentar a quantidade dos Defensores Auxiliares especializados em Violência Doméstica familiar contra a mulher, Família e Crime no interior do Estado do Ceará	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade dos auxiliares especializados em Família, Violência Doméstica familiar contra a mulher e Crime	DI1 US1	50%

47	Ofertar mais serviços à população através da disponibilização de novas atividades Cumulativas	DPGE	IEC	Aumentar a quantidade de serviços disponíveis a população	DI1 US1	67%
48	Avançar com a criação dos cargos de defensores de segundo grau para manter a correspondência constitucional	DPGE	ICO	Criar novos cargos de Defensor 2º Grau	OR2	100%
49	Avançar com a expansão do intercâmbio de projetos e experiências exitosas entre as defensorias públicas	ESDP	IEC	Implantar e disseminar banco de projetos exitosos	DI2 DI3	50%
50	Regulamentar e criar grupos de trabalho para pesquisa e atuação coordenada, em casos de grande repercussão, principalmente, e em temáticas específicas que envolvam mais de um município	ESDP	IEC	Implantar grupo de trabalho para pesquisa e atuação coordenada.	US1	50%
51	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional, como o Memória Viva, e fomentar novos projetos para a conservação da história da Defensoria	ESDP	IEC	Consolidar os projetos de resgate histórico institucional	DI2 DI3	0%
52	Desenvolver plataforma de jurimetria, com mapeamento das decisões judiciais e precedentes	ESDP	IEC	Implantar Plataforma de Jurimetria	ES3	100%
53	Implantação do Comitê de Precedentes	ESDP	IEC	Implantar o Comitê de Precedentes	US2	100%
54	Disponibilizar nova estrutura dos Cursos de Formação	ESDP	IEC	Implantar a estrutura do Curso de Formação, estruturando metodologicamente o Curso de Preparação Inicial, a Formação Continuada e o Projeto Social	DI2	100%
55	Realizar o Projeto Defensoras Populares parceria com o Ministério da Justiça e a UNILAB	ESDP	IEC	Implantar o Projeto Defensoras Populares	US2 DI1	33%
56	Reestruturar o Concurso de Teses e/ou Práticas	ESDP	IEC	Implantar o Concurso de Teses e/ou Práticas, em anos alternados (Em 2024 e 2025)	DI2	0%
57	Ampliar o Núcleo de Pesquisa	ESDP	IEC	Ampliar à atuação do Núcleo de Pesquisa e a repercussão prática dos resultados	DI2	0%
58	Realizar encontros Regionais Defensoriais	ESDP	IEC	Realizar 06 encontros Regionais Defensoriais	DI3 DI2	0%
59	Ampliar o programa de estagiários de graduação e pós-graduação	NUEST	IPE	Aumentar o quantitativo de estagiários de graduação e pós-graduação	DI1	96%

60	Elaborar o Projeto de Lei sobre a Regulamentação do Programa de Estágio não obrigatório de graduação e pós graduação no âmbito da Defensoria Pública	NUEST	IEC	Envio de Projeto de Lei da Regulamentação do Programa de Estágio	OR2	63%
61	Ampliação de cursos de capacitação para os estagiários, sendo disponibilizados na plataforma EAD da Escola Superior	NUEST	IEC	Ampliar cursos na Plataforma EAD/SDP	DI2	50%
62	Implementação do Relatório Automatizado dos Estagiários	NUEST	IEC	Implantar o Relatório Automatizado dos Estagiários de Graduação e Pós-Graduação	ES3 US3	50%
63	Desenvolver uma política interna que possibilite a garantia da segurança pessoal de defensores, colaboradores e estagiários, principalmente, em núcleos temáticos sensíveis da capital e do interior do estado	SEXEC	IEC	Implantar Política interna de Segurança Pessoal na Defensoria Pública	ES1	100%
64	Fortalecer ainda mais a comunicação interna, alinhando fluxos com o objetivo de garantir maior eficiência;	SEXEC	IEC	Disponibilizar novo regramento dos Fluxos Administrativos	DI3	83%
65	Renovar a Frota de Veículos da Defensoria	SEXEC	IEC	Disponibilizar nova Frota de Veículos	OR1	40%
Percentual médio de execução						58,03%

Fonte: Planejamento Estratégico 2024-2025 e DASHBOARD de Dezembro de 2024

SIGLAS:

ADINS - Assessoria de Desenvolvimento Institucional

ARINS - Assessoria de Relacionamento Institucional

ASCOM - Assessoria de Comunicação

ASJUR – Assessoria Jurídica

ASPLAC - Assessoria de Planejamento e Controle

CDC - Coordenadoria das Defensorias da Capital

CDI - Coordenadoria das Defensorias do Interior

COTIN - Coordenadoria de Tecnologia da Informação

DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado

ESDP - Escola Superior da Defensoria Pública

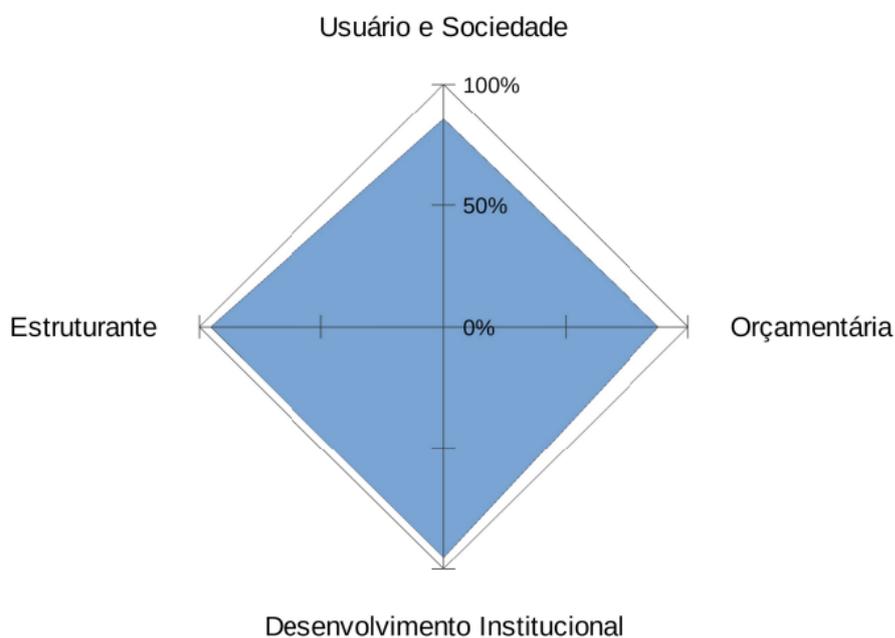
NUEST - Núcleo de Estágio

ICO - Índice de Conclusão Objetiva

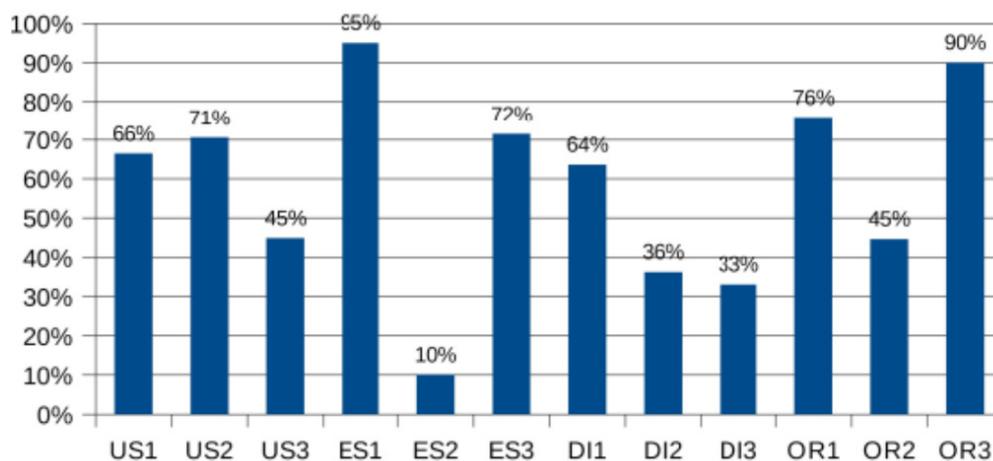
IEC - Índice de Etapa Concluída

IPE - Índice Percentual

De acordo com o desenvolvimento dos projetos é realizado um acompanhamento das perspectivas do BalancedScoreCard (BSC):



ESTRATÉGIAS



2.6. Orçamento Participativo



2.6.1 Apresentação

O 9º ciclo do Orçamento Participativo da Defensoria Pública do Estado do Ceará de 2024 foi deveras desafiador porque, tendo em vista a ciclicidade das escolhas dos municípios que representam cada macrorregião do Ceará, assim como a necessidade dos movimentos sociais (sobretudo de localidades em luta contra empreendimentos que impactam o meio ambiente) e, ainda, levando em conta o Projeto de Atuação da Defensoria (Amar Defensoria – um mar de direitos) que prioriza as comunidades litorâneas, estivemos acolhendo e ouvindo as demandas de povos e comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pesqueiras, marisqueiras) com maior cuidado e compromisso.

Importante salientar que, em 2024, seguindo a metodologia de processos anteriores, a primeira fase do Orçamento Participativo da Defensoria Pública, qual seja a consulta pública (que aconteceu entre os dias 22 de janeiro a 26 de fevereiro em link hospedado no site da Defensoria), obteve 793 manifestações, superando o número de manifestações do ano anterior.

Após a elaboração do formulário com 26 propostas retiradas e reiteradas em consulta pública, deu-se a fase, talvez a mais rica, de realização das audiências públicas. Menciona-se que a riqueza e a efetividade desse momento de plenária é que, além da eleição das propostas a serem priorizadas pela instituição para o próximo ciclo orçamentário, outras são indicadas e podem, considerando o im-

pacto de custo, serem efetivadas ainda no orçamento vigente. Um exemplo disso é o Projeto Mutirão Transforma que desde 2022 vem acontecendo por força da reivindicação dos movimentos organizados presentes nas audiências públicas.

Este ano, além da realização da 3ª edição do Projeto Mutirão Transforma (com entrega de 198 certidões de registro civil retificadas), outras atividades serão realizadas por conta dessa voz generosa que é propiciada pelo OP da Defensoria. Temos como indicativo de atividade para o segundo semestre, a realização de um seminário para discutir os conflitos territoriais, socioambientais e empreendimentos que impactam o meio ambiente, na região do Litoral Leste e Vale do Jaguaribe, assim como realização do Mutirão Transforma na Região de Itapipoca.

Este ano o ciclo iniciou com a audiência pública da Região do Sertão de Sobral, Litoral Oeste e Serra da Ibiapaba, em Itapipoca, e contou com a participação de 81 pessoas, sobretudo comunidades rurais, indígenas, povos de terreiro e comunidade LGBTQIAPN+, que se manifestaram contra os grandes empreendimentos que impactam a comunidade, direitos humanos, direito à retificação de nome e gênero, dentre outras questões.

Em seguida foi realizada a audiência pública da Região do Cariri e Centro Sul, no salão de atos da Universidade Regional do Cariri – URCA, Crato/CE, com a presença de 117 participantes, notadamente povos de comunidades indígenas, quilombolas, movimentos sociais (LGBTQIA+, negro e sindical). A pauta se deu no fortalecimento da atuação da Defensoria e na garantia que a instituição possa atender mais próximo a localidades de difícil acesso. Importante mencionar que se reforçou o pedido para a realização do 3º Mutirão Transforma.

A terceira audiência aconteceu no auditório do Centro Vocacional Tecnológico – CVT, em Fortim, com 81 participantes. Foi um momento de muitas denúncias de violências contra lideranças e lutadores por conta de conflitos de terra e um pedido, com brevidade, que sejam discutidas as questões dos empreendimentos socioambientais e que sejam defendidas e ouvidas as pessoas das comunidades impactadas.

A quarta audiência aconteceu na sede da Secretaria do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, em Quixeramobim, estiveram presentes 102 pessoas. Foi um momento de intervenções que trouxeram a história de luta das lideranças da região e da necessidade de que a Defensoria se desloque para os municípios mais distantes dos núcleos da Defensoria.

A quinta audiência aconteceu na Região do Sertão de Inhamuns/Crateús, no auditório da Escola Estadual de Educação Profissional Monsenhor Luís Ximenes Freire, em Santa Quitéria e a maior pauta levantada foi a violação dos direitos socioambientais, sobretudo com relação à exploração de minérios, estiveram nesse momento 79 pessoas.

A sexta e última audiência pública aconteceu para a Região Metropolitana de Fortaleza, no Anfiteatro do Grêmio de Recreio e Estudos de Caucaia, com uma participação representativa de vários movimentos sociais (51 pessoas presentes) e dentre as maiores reivindicações estavam a garantia do direito à saúde, à mobilidade urbana, o enfrentamento à violência contra mulheres dos direitos da população LGBTQIA+ e a questão da falta de segurança pública.

2.6.2 Escolha das prioridades a partir das propostas do Formulário

O Formulário construído a partir das demandas apresentadas na Consulta Pública, com a contribuição de 793 pessoas que responderam virtualmente, continha 26 propostas que versaram, principalmente, sobre reestruturação, ampliação, agilidade e humanização do atendimento defensorial, além de demandas específicas de instalações de núcleos no interior do estado, interiorização da atuação especializada e fortalecimento de projetos de efetivação de direitos para segmentos mais vulnerabilizados, melhoria na acessibilidade e comunicação institucional da Defensoria Pública do Estado do Ceará.

Cada participante escolhia até 10 propostas prioritárias. Na compilação final, apresentamos abaixo as propostas mais votadas:

1) PROPOSTA NÚMERO 1: Expandir a atuação da Defensoria Pública para o interior do Estado, aumentando o número de defensoras e defensores públicos no Estado do Ceará, nomeando, assim, os aprovados no último concurso, cumprindo o que preceitua a Emenda Constitucional nº 80/2014.

2) PROPOSTA NÚMERO 6: Fortalecer o Projeto Defensoria em Movimento, ampliando sua atuação para o interior do Estado;

3) PROPOSTA NÚMERO 4: Designar Defensor(a) para atuação do Núcleo da Defensoria Pública localizado na Casa da Criança, bem como implantar equipe psicossocial para atendimento das crianças em situação de violência e seus familiares;

4) PROPOSTA NÚMERO 3: Designar mais defensores para atuar na defesa da saúde em Fortaleza e no interior do Estado do Ceará;

5) PROPOSTA NÚMERO 24: Garantir atendimento da Defensoria Pública do Estado para as populações rurais;

6) PROPOSTA NÚMERO 18: Criação de núcleo especializado de enfrentamento ao racismo, homofobia, transfobia, etc...;

7) PROPOSTA NÚMERO 9: Melhorar a acessibilidade dos espaços da Defensoria, garantindo interprete de libras, disponibilidade de abafadores e sala de acolhimento/organização sensorial para pessoas com TEA;

8) PROPOSTA NÚMERO 25: Fortalecimento e ampliação do núcleo de atendimento ao idoso;

9) PROPOSTA NÚMERO 11: Fortalecer o Programa Visibilizar (de contratação e permanência de pessoas trans e travestis), de modo a ampliar as vagas de trabalho;

10) PROPOSTA NÚMERO 15: Ampliar o número de senhas e horário de atendimentos nos núcleos da Defensoria Pública, sobretudo nos núcleos localizados no interior do Estado do Ceará;

11) PROPOSTA NÚMERO 5: Garantir, em mediação com o poder público, mais rotas de transporte coletivo para facilitar o deslocamento dos(as) assistidos(as) para os núcleos da Defensoria Pública;

12) PROPOSTA NÚMERO 10: Fortalecer o projeto “Mutirão Transforma” para que, por força de lei, seja uma política pública permanente, facilitando o acesso a direitos das pessoas trans e travestis, notadamente a retificação de nome e gênero;

13) PROPOSTA NÚMERO 20: Garantir melhoria de infraestrutura para os Núcleos da Defensoria Pública que se localizam no interior do Estado do Ceará;

14) PROPOSTA NÚMERO 13: Ampliar o número de Defensores(as) para atendimento nas unidades prisionais do Estado do Ceará, bem como garantir a escuta e encaminhamento das denúncias de tortura recebidas por ocasião dos atendimentos;

15) PROPOSTA NÚMERO 7: Ampliar o número de colaboradores(as)/servidores(as) para qualificar o atendimento, bem como capacitar, periodicamente o pessoal responsável pela triagem (seja de modo presencial ou remoto);

16) PROPOSTA NÚMERO 22: Ampliar o atendimento do Núcleo de Atendimento a Infância e Juventude – NADIJ e garantir equipe psicossocial;

17) PROPOSTA NÚMERO 8: Ampliar e Fortalecer o Programa de Mediação Comunitária, garantindo o aumento anual da bolsa para mediadores e capacitação permanente;

18) PROPOSTA NÚMERO 19: Promover capacitações permanentes nas temáticas de letramento racial, enfrentamento ao racismo, machismo, homofobia e transfobia para colaboradores(as) e servidores(as), de modo a garantir melhor

qualidade no acolhimento dessas demandas;

19) PROPOSTA NÚMERO 17: Melhoria e ampliação dos canais de atendimento aos assistidos(as) para que possa, com agilidade saber número de processo e demais desdobramentos do seu atendimento;

20) PROPOSTA NÚMERO 23: Ampliar os plantões de finais de semana para os núcleos da Defensoria Pública no interior do Estado do Ceará;

21) PROPOSTA NÚMERO 14: Ampliar o número de mutirões para assistidos(as) que estão nas unidades prisionais, bem como ampliar o número de inspeções no sistema carcerário, encaminhando para apuração de irregularidades, quando houver;

22) PROPOSTA NÚMERO 21: Garantir o reajuste da bolsa-auxílio dos estagiários de pós-graduação, considerando o art. 11 da Instrução Normativa nº 101/21.

23) PROPOSTA NÚMERO 16: Garantir a descentralização da Defensoria Pública para que tenha núcleos nas regionais da cidade de Fortaleza;

24) PROPOSTA NÚMERO 2: Criar o Núcleo e Defesa à Saúde na Comarca de Sobral;

25) PROPOSTA NÚMERO 26: Implementar os Núcleos de Preso Provisório e Execução Penal na região do Cariri;

26) PROPOSTA NÚMERO 12: Mudança de endereço das sedes do NUAPP e NU-DEP, tendo em vista estar localizado numa rua de difícil acesso e insegura;

2.6.3 Da realização das audiências públicas

A oitiva da sociedade civil, dos movimentos e lideranças comunitárias de modo direto e presencial foi um momento de suma importância. Isso porque, cada vez mais, oportunizando a voz que é facultada em audiência, as pessoas credenciam a Defensoria Pública do Estado do Ceará como porta-voz e mediadora junto ao Poder Público, assim como propõem políticas públicas, ações e atividades para efetivação de seus direitos a serem implantadas pela instituição

3

Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal

3.1. Fontes

A fonte existente no orçamento de 2024 do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará é:

a) 70 – Recursos Diretamente Arrecadados: Responsável pelas despesas de custeio e alguns investimentos;

Os recursos do FAADEP são oriundos de 12% do FERMOJU e pelos 5% do EMOLUMENTOS, previstos no art. 3º, da Lei 12.642, de 4 de dezembro de 1996, e Lei 14.247, de 19 de novembro de 2008 e pela Lei nº 15.490, de 27 de dezembro de 2013, estabelece a forma de repasse de 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registros, a ser recolhido pelos respectivos Delegatários dos Serviços Notariais e Registrais ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

O FERMOJU (Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará) é um órgão do Poder Judiciário criado por Lei e quem tem como Unidade Gestora a Secretaria de Finanças do TJCE. Suas ações são amparadas por Lei e Normas Administrativas.

Através do recolhimento das taxas, sejam elas judiciais (ex. custas processuais) ou extrajudiciais (ex. emolumentos extrajudiciais), o FERMOJU promove a Modernização e o Reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático a este Poder. (Fonte: <https://www.tjce.jus.br/fermoju/> em 21/06/2024 às 14:54)

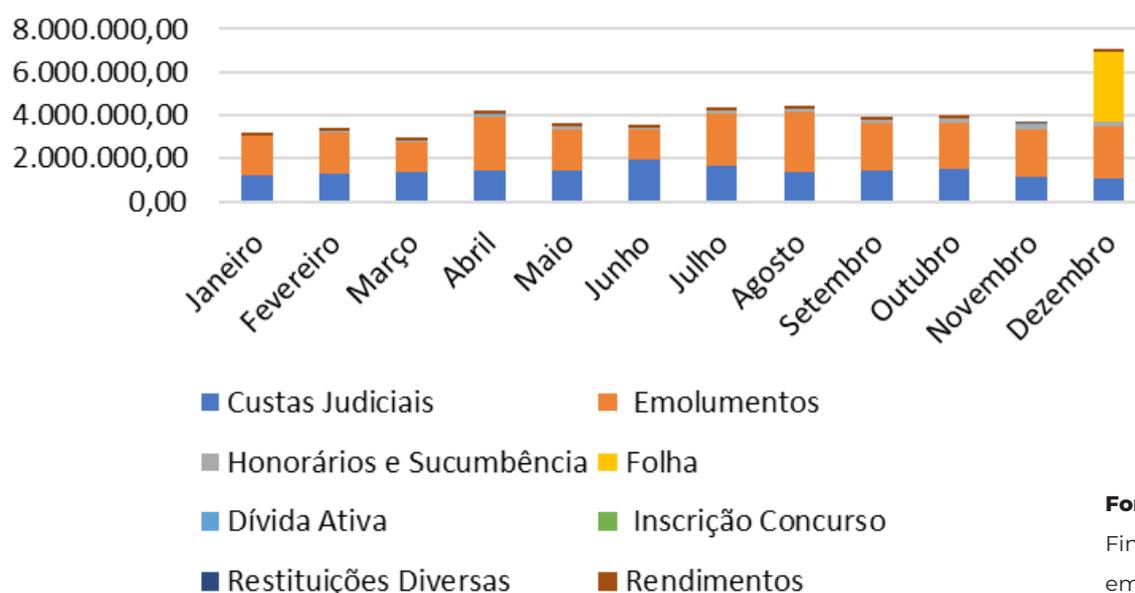
Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
1.759	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	40.000.000,00	40.000.000,00	33.671.410,59	84,18
2.759	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	0,00	15.700.000,00	15.398.111,94	98,08
TOTAL		40.000.000,00	55.700.000,00	49.069.522,53	88,10

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250318150024\[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250318150024[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj].PDF)
em 18/03/2025 às 15:00

Os recursos orçamentários do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará – FAADEP, constarão no orçamento geral do Estado do Ceará. O Fundo contribuiu com o valor de R\$ 48.423.960,11 sendo R\$ 16.883.342,53 referentes ao FERMOJU, R\$ 24.998.463,82 referente aos EMOLUMENTOS, R\$ 1.620.983,15 referente aos HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA, R\$ 3.276.116,48 referente a venda da Folha de Pagamento, R\$ 153.291,92 referente a DÍVIDA ATIVA, R\$ 20.430,00 referente a Inscrição em Concurso, R\$ 4.033,88 Restituições Diversas e R\$ 1.467.298,33 referente a RENDIMENTOS.

ARRECADÇÃO POR FONTE



Fonte: Gerência Financeira DPGE em 06/05/2025

Tabela 3 - ARRECADAÇÃO MENSAL FAADEP (FERMOJU, EMOLUMENTO, HONORÁRIOS e SUCUMBÊNCIA, OUTRAS RECEITAS E RENDIMENTOS)

 Arrecadação FAADEP 2024									
Fonte por mês	Custas Judiciais	Emolumentos	Honorários e Sucumbência	Folha	Dívida Ativa	Inscrição Concurso	Restituições Diversas	Rendimentos	Total
Janeiro	1.241.743,58	1.769.316,71	43.067,53	0,00	3.526,98	0,00	R\$ 1.123,75	141.675,03	3.200.453,58
Fevereiro	1.250.010,86	1.935.859,89	90.894,09	0,00	1.372,36	0,00	R\$ 163,77	128.645,67	3.406.946,64
Março	1.358.278,24	1.378.979,07	103.276,29	0,00	12.493,49	3.480,00	R\$ 163,77	136.375,62	2.993.046,48
Abril	1.463.725,82	2.435.573,01	131.561,18	0,00	4.770,45	10.140,00	R\$ 163,77	138.401,69	4.184.335,92
Maiο	1.466.389,15	1.893.829,00	109.545,74	0,00	31.498,93	0,00	R\$ 163,77	123.345,51	3.624.772,10
Junho	1.967.711,49	1.377.511,16	84.460,37	0,00	13.485,85	0,00	R\$ 163,77	108.825,60	3.552.158,24
Julho	1.645.162,10	2.453.723,30	126.919,31	0,00	18.677,54	2.340,00	R\$ 172,97	128.634,34	4.375.629,56
Agosto	1.349.695,36	2.820.911,49	124.194,27	0,00	15.096,49	4.470,00	R\$ 172,97	121.258,82	4.435.799,40
Setembro	1.412.461,05	2.214.736,48	169.042,02	0,00	11.853,85	0,00	R\$ 1.226,43	115.458,99	3.924.778,82
Outubro	1.519.912,17	2.146.134,35	157.056,97	0,00	18.127,11	0,00	R\$ 172,97	121.179,09	3.962.582,66
Novembro	1.163.016,38	2.157.592,77	272.995,90	0,00	13.478,56	0,00	R\$ 172,97	95.342,53	3.702.599,11
Dezembro	1.045.236,33	2.414.296,59	207.969,48	3.276.116,48	8.910,31	0,00	R\$ 172,97	108.155,44	7.060.857,60
Total:	16.883.342,53	24.998.463,82	1.620.983,15	3.276.116,48	153.291,92	20.430,00	4.033,88	1.467.298,33	48.423.960,11

Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 06/05/2025

Nota Explicativa: no exercício de 2024 houve a dedução de receitas no valor de R\$ 13.628,62. Com isso, a receita líquida total corresponde ao montante de R\$ 48.410.331,49 conforme demonstrado no Balanço Orçamentário 2024 - FAADEP.

3.2. Recursos Patrimoniais

Em conformidade com as determinações do Acórdão N° 3276/2023, oriundo do Processo N° 32520/2019-2 e do Acórdão N° 753/2023, oriundo do Processo N° 32520/2019-2, não há registro de bens patrimoniais no Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública do Estado do Ceará – FAADEP.

4

Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

4.1. Execução dos programas de governo

Tabela 4 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
194	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	7.665.000,00	6.783.749,79	88,50
421	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	48.035.000,00	42.285.772,74	88,03
TOTAL		55.700.000,00	49.069.522,53	88,10

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250318151908\[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250318151908[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj].PDF) em 18/03/2025 às 15:19

Tabela 5 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/L
194	PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA	6.783.749,79	6.663.581,95	98,22
421	GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ	42.285.772,74	41.009.251,99	96,98
TOTAL		49.069.522,53	47.672.833,94	97,15

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250318151908\[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250318151908[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj].PDF) em 18/03/2025 às 15:19

4.2. Execução dos projetos e atividades

O detalhamento da despesa em questão, em nível de elemento de despesa, projeto atividade e projeto de investimento, encontra-se nos quadros abaixo.

211 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CEARÁ

Tabela 8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 421

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
421	10155	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - FAADEP.	10.000,00	0,00	0,00
421	10264	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-FAADEP	10.000,00	0,00	0,00
421	20135	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS- FAADEP	47.640.000,00	42.185.767,97	88,55
421	20257	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	365.000,00	100.004,77	27,40
421	20610	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - FAADEP	10.000,00	0,00	0,00
TOTAL			48.035.000,00	42.285.772,74	88,03

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250318163419\[jdepo4111wfg00zixigcdedj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250318163419[jdepo4111wfg00zixigcdedj].PDF) em 18/03/2025 às 16:34

Tabela 9 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 421

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
421	10155	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE - FAADEP.	0,00	0,00	0,00
421	10264	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO-FAADEP	0,00	0,00	0,00

421	20135	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS - FAADEP	42.185.767,97	40.924.084,18	97,00
421	20257	MANUTENÇÃO DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - FAADEP	100.004,77	85.167,81	85,16
421	20610	CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS - FAADEP	0,00	0,00	0,00
TOTAL			42.285.772,74	41.009.251,99	96,98

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250318163419\[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250318163419[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj].PDF) em 18/03/2025 às 16:34

194 - PROMOÇÃO DO ACESSO GRATUITO À JUSTIÇA

Tabela 10 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 194

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei+Crédito (L)	Empenhado (E)	% E/L
194	20618	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP.	405.000,00	241.125,70	59,54
194	20618	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	7.100.000,00	6.529.004,09	91,96
194	20618	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA ÀS VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES GRAVES CONTRA A PESSOA - FAADEP.	100.000,00	0,00	0,00
194	20618	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	10.000,00	0,00	0,00
194	20618	PROMOÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E CULTURAL DOS SERVIDORES E COLABORADORES DA DEFENSORIA PÚBLICA - FAADEP	50.000,00	13.620,00	27,24
TOTAL			7.665.000,00	6.783.749,79	88,50

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250318163419\[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250318163419[jdepo4l1lwfg00zixigcdedj].PDF) em 18/03/2025 às 16:34

Tabela 11 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 194

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Empenhado (E)	Pago (P)	% P/E
194	20618	PROMOÇÃO DA MELHORIA CONTÍNUA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP.	241.125,70	198.485,85	82,31
194	20618	PROMOÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	6.529.004,09	6.451.476,10	98,81
194	20618	PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA E PSICOSSOCIAL ESPECIALIZADA ÀS VÍTIMAS E FAMILIARES DE VÍTIMAS DE CRIMES GRAVES CONTRA A PESSOA - FAADEP.	0,00	0,00	0,00
194	20618	PROMOÇÃO DA OFERTA ITINERANTE DE ASSISTÊNCIA JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, INTEGRAL E GRATUITA - FAADEP	0,00	0,00	0,00
194	20618	PROMOÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E CULTURAL DOS SERVIDORES E COLABORADORES DA DEFENSORIA PÚBLICA - FAADEP	13.620,00	13.620,00	100,00
TOTAL			6.783.749,79	6.663.581,95	98,22

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250318163419\[jdepo4l1wfg00zixigcdedj\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250318163419[jdepo4l1wfg00zixigcdedj].PDF) em 18/03/2025 às 16:34

5

Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

5.1. Indicadores de Gestão

QUANTIDADE DE DEFENSORES POR MÊS

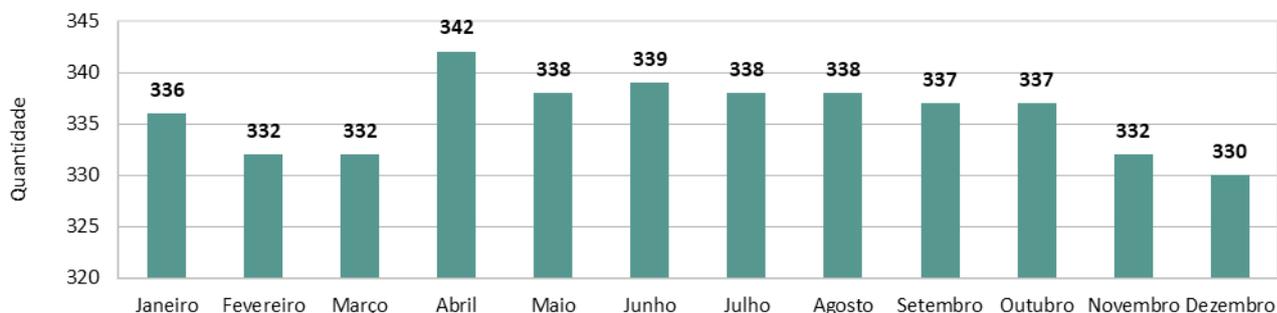


Tabela 14 - QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

Mês	Jan	Fev	Mar	Abril	Maio	Junho	Julho	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Quantidade	336	332	332	342	338	339	338	338	337	337	332	330

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2024.

ATIVIDADE	NÚCLEO	FONTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
PROCEDIMENTOS	CAP+INTERIOR	ND + SIC + SIRDP + SOLAR	780.234	757.065	634.526	734.297	835.742	942.368	1.086.743
ACOLHIMENTOS	2º GRAU	ND	0	0	1.561	12.602	6.815	2.603	10.368
ACOLHIMENTOS	ACARAPE	ND	0	0	0	0	0	0	10
ACOLHIMENTOS	ACARAÚ	ND	0	0	242	1.195	231	39	335
ACOLHIMENTOS	ACOLHE	ND	0	96	545	66	576	421	466
ACOLHIMENTOS	ACOPIARA	ND	0	0	0	0	0	2	757
ACOLHIMENTOS	ALECE	ND	0	0	0	0	0	3	0
ACOLHIMENTOS	ALO DEFENSORIA	ND	8.315	10.490	16.913	23.856	26.194	32.973	32.616
ACOLHIMENTOS	AMONTADA	ND	0	0	0	0	254	671	1.121
ACOLHIMENTOS	AQUIRAZ	ND	0	0	626	387	30	393	2.230
ACOLHIMENTOS	ARACATI	ND	0	0	1.420	8.252	4.124	2.864	6.731
ACOLHIMENTOS	ARACOIABA	ND	0	0	0	0	0	0	370
ACOLHIMENTOS	AURORA	ND	0	0	0	0	0	0	102
ACOLHIMENTOS	BARBALHA	ND	0	0	264	107	5.741	7.813	9.558
ACOLHIMENTOS	BATURITÉ	ND	0	0	0	0	2.674	2.326	5.884
ACOLHIMENTOS	BEBERIBE	ND	0	0	53	735	311	1.273	1.509
ACOLHIMENTOS	BELA CRUZ	ND	0	0	0	0	0	0	3
ACOLHIMENTOS	BOA VIAGEM	ND	0	0	0	0	288	760	834
ACOLHIMENTOS	BOM JARDIM	ND	0	0	0	0	1.062	2.324	1.692

ACOLHIMENTOS	BREJO SANTO	ND	0	0	0	0	303	399	555
ACOLHIMENTOS	CAMOCIM	ND	0	0	52	26.810	1.608	1.126	3.189
ACOLHIMENTOS	CANINDÉ	ND	0	0	0	0	852	1.827	6.043
ACOLHIMENTOS	CASCADEL	ND	0	0	0	0	0	1.538	3.771
ACOLHIMENTOS	CAUCAIA	ND	19.872	15.334	7.750	16.280	21.672	38.857	55.887
ACOLHIMENTOS	CDC/CDI	ND	0	0	0	0	0	3	72
ACOLHIMENTOS	CEDRO	ND	0	0	0	0	0	99	1
ACOLHIMENTOS	CÍVEL	ND	17.926	17.324	5.506	4.514	23.732	40.155	50.715
ACOLHIMENTOS	CHAVAL	ND	0	0	0	0	616	244	5
ACOLHIMENTOS	CONSUMIDOR	ND	0	0	1.912	1.476	4.402	6.986	7.903
ACOLHIMENTOS	CRATEÚS	ND	0	6	0	8.706	64	14	2.108
ACOLHIMENTOS	CRATO	ND	0	0	6.025	17.258	5.294	10.612	31.040
ACOLHIMENTOS	CRIMINAL	ND	161	565	11.897	0	12.402	12.738	32.823
ACOLHIMENTOS	CJR	ND	0	0	0	0	0	0	45
ACOLHIMENTOS	CRUZ	ND	0	0	0	0	0	0	43
ACOLHIMENTOS	CUSTÓDIA	ND	0	0	0	0	0	0	2
ACOLHIMENTOS	CURADORIAS ESPECIAIS	ND	0	0	0	0	0	0	1.072
ACOLHIMENTOS	DEF EM MOV	OUTROS	0	1.143	0	24.563	0	0	374
ACOLHIMENTOS	DELITOS SOBRE TRÁFICO E USO DE SUBSTÂNCIAS	ND	0	0	0	0	1.829	1.217	368

ACOLHIMENTOS	DELITOS DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	ND	0	0	0	0	0	0	343
ACOLHIMENTOS	DONA DEDE	DONA DEDE	0	0	16.092	43.674	19.400	19.900	4.868
ACOLHIMENTOS	EXECUÇÃO FISCAL	ND	0	0	0	0	140	212	900
ACOLHIMENTOS	EUSÉBIO	ND	0	0	0	0	0	0	3.130
ACOLHIMENTOS	FAMÍLIA	ND	41.217	39.784	11.646	6.472	56.687	69.393	86.154
ACOLHIMENTOS	FARIAS BRITO	ND	0	0	0	0	0	0	359
ACOLHIMENTOS	FAZENDA PUB	ND	0	0	2.687	104	6.183	5.398	13.908
ACOLHIMENTOS	GRANJA	ND	0	0	0	0	0	0	582
ACOLHIMENTOS	HORIZONTE	ND	0	0	45	2.626	157	383	1.261
ACOLHIMENTOS	IBIAPINA	ND	0	0	0	0	0	0	44
ACOLHIMENTOS	IBICUITINGA	ND	0	0	0	0	0	0	13
ACOLHIMENTOS	ICÓ	ND	0	0	0	0	0	0	1.588
ACOLHIMENTOS	IDOSO	ND + SGA	7.388	7.770	2.148	6.994	5.275	7.198	17.588
ACOLHIMENTOS	IES	ND	0	0	0	0	0	0	2
ACOLHIMENTOS	IGUATU	ND	0	0	882	1.482	5.009	7.207	21.357
ACOLHIMENTOS	INDEPENDÊNCIA	ND	0	0	0	0	0	92	0
ACOLHIMENTOS	IPÚ	ND	0	0	192	10.686	0	0	427
ACOLHIMENTOS	IPUEIRAS	ND	0	0	0	0	0	0	11
ACOLHIMENTOS	ITAITINGA	ND	0	0	0	0	313	449	1.465

ACOLHIMENTOS	ITAPOCA	ND	0	0	0	0	0	337	367
ACOLHIMENTOS	ITAREMA	ND	0	0	0	0	0	0	35
ACOLHIMENTOS	JOÃO XXIII	ND	6.560	6.641	7.844	20.795	14.317	18.307	27.571
ACOLHIMENTOS	JUAZEIRO DO NORTE	ND	0	3.562	8.932	2.316	30.850	32.054	44.705
ACOLHIMENTOS	JUIZADOS ESPECIAIS	ND	0	0	849	8.037	10.972	13.206	24.263
ACOLHIMENTOS	JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE FORTALEZA	ND	0	0	0	0	2.248	3.002	4.560
ACOLHIMENTOS	JÚRI	ND	0	0	0	0	911	527	1.393
ACOLHIMENTOS	JUÍZO MILITAR	ND	0	0	0	0	0	0	92
ACOLHIMENTOS	LAVRAS DA MANGABEIRA	ND	0	0	0	0	0	43	1.989
ACOLHIMENTOS	LIMOEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	0	0	597	6.689
ACOLHIMENTOS	MARACANAÚ	ND + SGA	7.620	10.084	2.667	1.903	10.077	5.199	13.187
ACOLHIMENTOS	MARANGUAPE	ND	0	1.443	399	301	3.875	4.538	7.007
ACOLHIMENTOS	MARCO	ND	0	0	0	0	0	0	5
ACOLHIMENTOS	MEU PAI TEM NOME	ND	0	0	0	0	0	0	44
ACOLHIMENTOS	MOMBAÇA	ND	0	0	0	0	0	0	283
ACOLHIMENTOS	MORADA NOVA	ND	0	0	45	3.879	0	111	1.134
ACOLHIMENTOS	MUCURIBE	ND	0	216	1.358	3.981	5.892	673	1.109
ACOLHIMENTOS	NADIJ	ND	1.459	1.559	2.613	0	3.855	2.350	7.441

ACOLHIMENTOS	NÃO INFO	-	0	0	12.715	24.641	42.001	60	5.785
ACOLHIMENTOS	NAPI	ND + SGA	47.834	41.621	13.540	0	32.989	37.218	44.064
ACOLHIMENTOS	NDHAC	-	0	0	1.525	3.722	0	1	292
ACOLHIMENTOS	NOVA RUSSAS	ND	0	0	0	0	115	270	406
ACOLHIMENTOS	NUAUX	ND	0	0	0	0	0	0	2.155
ACOLHIMENTOS	NUAJA	ND	0	0	1.043	4.039	3.436	4.154	6.548
ACOLHIMENTOS	NUAPP	SIC	0	0	2.623	0	1.211	658	4.312
ACOLHIMENTOS	NUDECON	-	3.449	3.567	0	8.472	666	6.447	8.530
ACOLHIMENTOS	NUDEM	ND	0	0	3.005	24.061	3.744	4.057	6.183
ACOLHIMENTOS	NUDEP	SIC	15.625	16.619	32.189	23.542	19.156	18.441	32.236
ACOLHIMENTOS	NUDESA	ND + SGA	10.985	11.362	21.702	6.167	37.309	59.487	76.306
ACOLHIMENTOS	NUDESA-NAIS	ND	0	9.350	7.486	8	13.213	23.724	0
ACOLHIMENTOS	NUHAM	ND	0	0	137	5.875	280	381	510
ACOLHIMENTOS	NURDP	ND + SGA	6.086	4.502	2.406	11.812	9.506	8.257	12.710
ACOLHIMENTOS	NUSOL	ND + SGA	5.015	3.867	3.949	0	8.712	10.810	11.708
ACOLHIMENTOS	OFÍCIOS	-	0	663	0	0	0	0	0
ACOLHIMENTOS	ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS	ND	0	0	0	0	520	375	106
ACOLHIMENTOS	OUVIDORIA	-	0	1.946	2.831	1	0	0	6.426
ACOLHIMENTOS	PACAJUS	ND	2.460	2.420	0	684	20	1.561	1.979

ACOLHIMENTOS	PACATUBA	ND	0	0	53	0	444	474	0
ACOLHIMENTOS	PROJETO ACOLHER	ND	0	0	0	0	0	1	0
ACOLHIMENTOS	PROJETO PIPA	ND	0	0	0	0	0	0	983
ACOLHIMENTOS	PSICOSSOCIAL	-	0	2.002	27.206	5.250	2.370	6.803	8.847
ACOLHIMENTOS	QUIXADÁ	ND	0	0	891	353	1.923	1.842	14.218
ACOLHIMENTOS	QUIXERAMOBIM	ND	0	0	194	1.975	0	179	1.901
ACOLHIMENTOS	REDEÇÃO	ND	0	0	0	0	0	560	919
ACOLHIMENTOS	REGISTROS PÚBLICOS	ND	0	0	0	0	0	22	288
ACOLHIMENTOS	RUSSAS	ND	0	0	326	26.225	772	530	5.135
ACOLHIMENTOS	SANTA QUITÉRIA	ND	0	0	0	0	13	3	98
ACOLHIMENTOS	SANTANA DO CARIRI	ND	0	0	0	0	0	39	0
ACOLHIMENTOS	SÃO BENEDITO	ND	0	0	0	0	0	0	128
ACOLHIMENTOS	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	ND	0	0	0	0	0	0	437
ACOLHIMENTOS	SENADOR POMPEU	ND	0	0	0	0	0	72	13
ACOLHIMENTOS	SOBRAL	ND	0	16.226	7.844	1.548	30.233	31.612	42.024
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-LAÇOS DE FAM	ND	0	0	1.528	5.429	3.995	3.475	5.126
ACOLHIMENTOS	SOBRAL-NUSOL	ND	0	0	432	0	6.107	0	0
ACOLHIMENTOS	SOLONÓPOLE	ND	0	0	0	0	0	0	172
ACOLHIMENTOS	SUCESSÕES	ND	0	0	2.148	0	4.740	8.870	7.730

ACOLHIMENTOS	TABULEIRO DO NORTE	ND	0	0	0	0	0	596	1.042
ACOLHIMENTOS	TAMBORIL	ND	0	0	0	0	0	0	26
ACOLHIMENTOS	TAUÁ	ND	0	0	0	0	13	185	414
ACOLHIMENTOS	TIANGUÁ	ND	0	0	0	0	0	112	1.087
ACOLHIMENTOS	TRAIRI	ND	0	0	0	0	488	503	1.017
ACOLHIMENTOS	TRIBUNAIS SUPERIORES	ND	0	0	0	0	0	0	32
ACOLHIMENTOS	TURMAS RECURSAIS	ND	0	0	0	0	0	0	15
ACOLHIMENTOS	VAPT VUPT	ND	0	0	0	0	0	793	0
ACOLHIMENTOS	VÁRZEA ALEGRE	ND	0	0	0	0	109	302	92
ACOLHIMENTOS	VIÇOSA DO CEARÁ	ND	0	0	0	0	653	1.561	8.004
NPBD – Estimativa do número de pessoas beneficiadas diretamente			982.206	971.001	880.101	1.112.628	1.357.715	1.538.259	1.973.275
NPBI – Estimativa do número de pessoas beneficiadas indiretamente (NPBD * 3,6)			3.535.942	3.495.604	3.168.364	4.005.461	4.887.774	5.537.732	7.103.790

Fonte: Dados obtidos através do METABASE (Business Intelligence) e consolidados no sistema Nossa Defensoria em 29/04/2025. Lista de Defensores com atividades no Período de Janeiro á Dezembro de 2024.

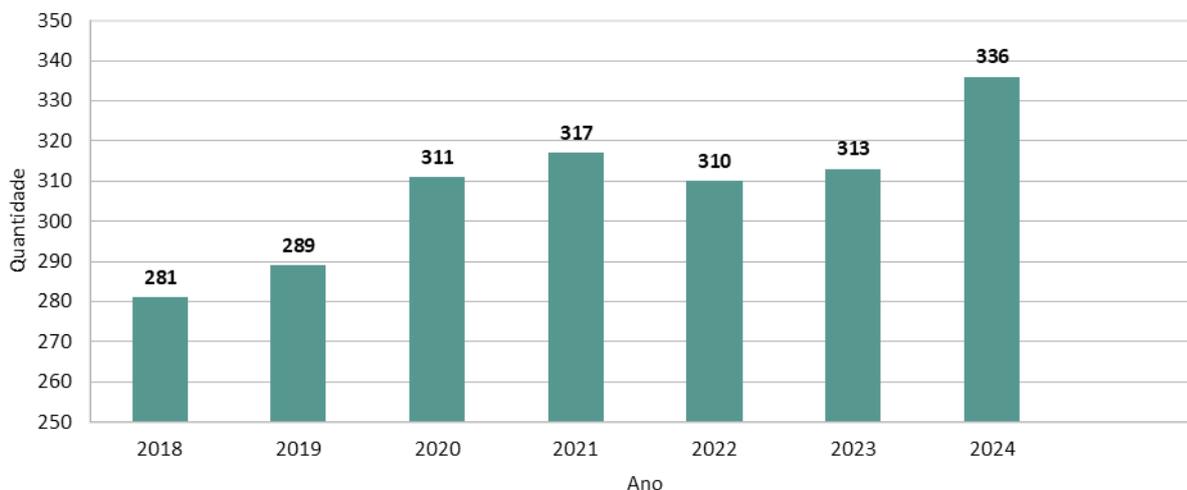
Tabela 16 - INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

INDICADOR	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD)	982.206	971.001	880.101	1.112.628	1.357.715	1.538.259	1.973.275
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD * 3,6)	3.535.942	3.495.604	3.168.364	4.005.461	4.877.774	5.537.732	7.103.790
Média mensal de atendimentos	81.850	82.269	74.455	92.719	113.143	128.188	164.440
Quantidade de Defensores na atividade-fim	281	289	313	336	311	313	336
Produtividade média mensal dos Defensores	291	285	238	285	364	410	489
Valor total Empenhado da fonte Recursos Ordinários (Orçamento DPGE)	149.947.344	165.055.003	179.793.512	182.983.191	214.233.207	253.145.467	283.597.589
Custo médio do Atendimento	152,60	167,19	201,23	164,46	157,79	164,57	143,72
População estimada	9.082.071	9.132.858	9.187.886	9.240.580	9.240.580	8.794.957	9.233.656
Habitantes por Defensor	32.311	31.611	29.370	27.502	29.712	28.099	27.481

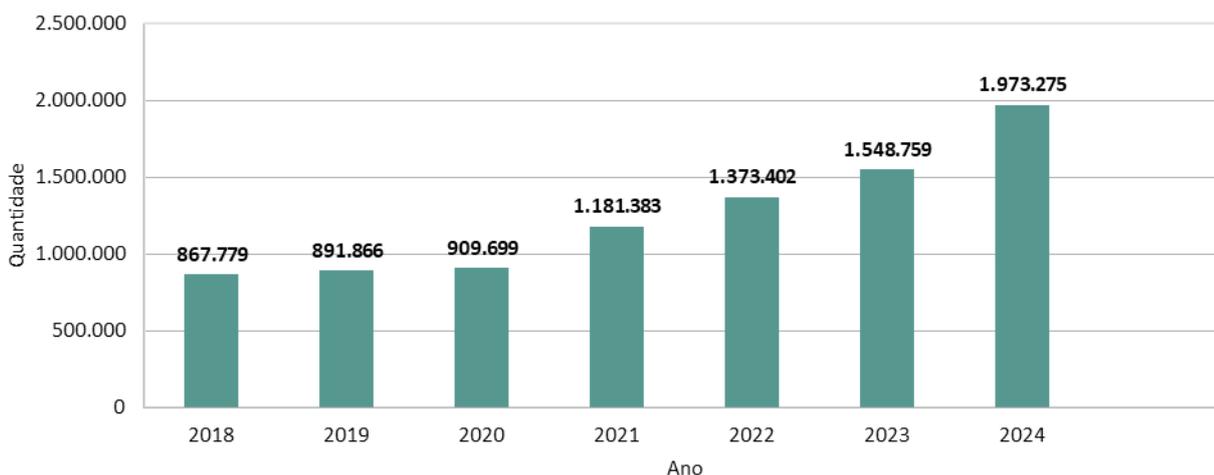
Fontes:

- (1) METABASE (Business Intelligence) calculado pelo sistema Nossa Defensoria;
- (2) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (3) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/Quant\ Defensores/12)$);
- (4) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8.452.381) e 2015 (8.904.459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06. Não houve atualização pelo IBGE da população estimada do ano de 2024 até o dia 30.04.2025, <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>;
- (5) Habitantes por Defensor Público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
- (6) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) dividido por 12 meses (Cálculo: $(NPBD/12)$);
- (7) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG (Valor empenhado);

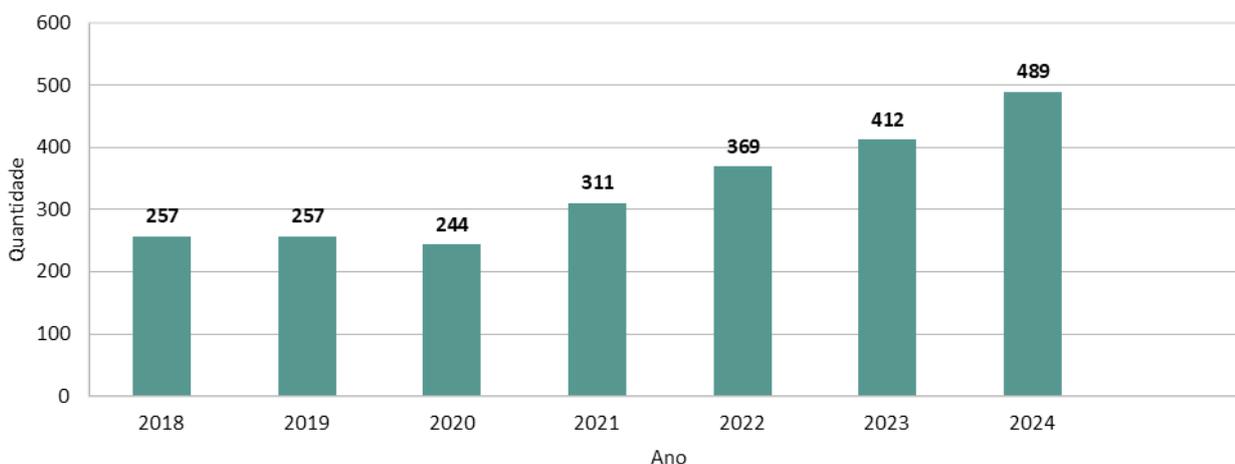
MÉDIA MENSAL DE DEFENSORES NA ÁREA FIM



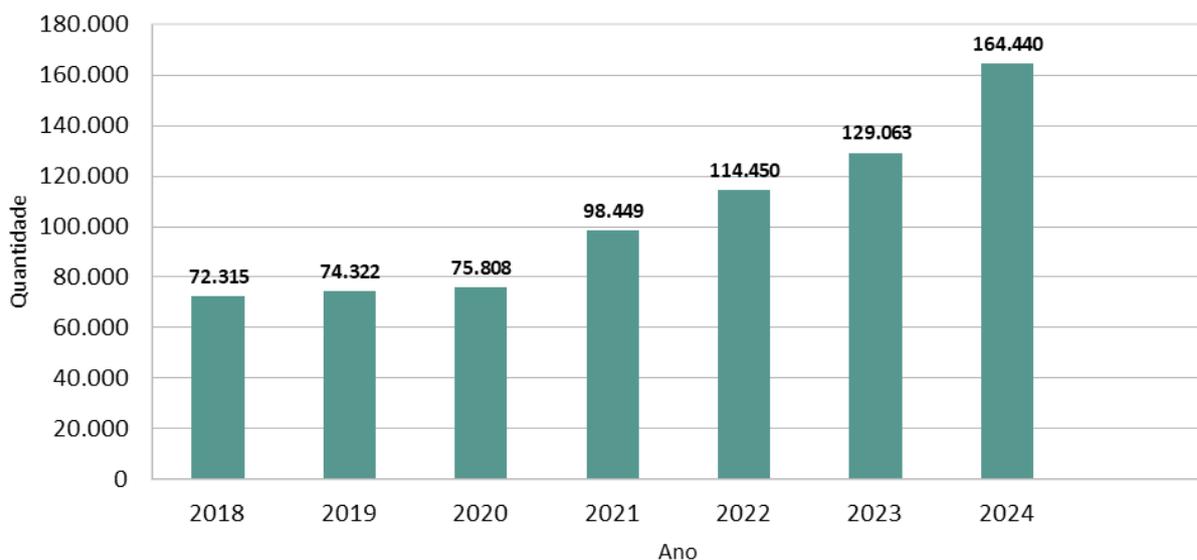
CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



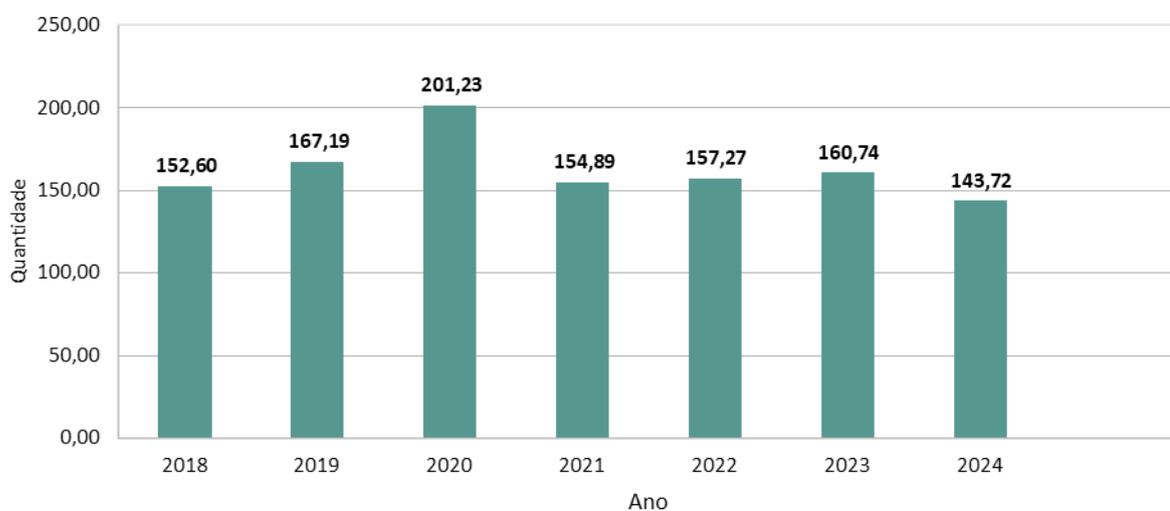
PROCEDIMENTOS POR DEFENSOR PÚBLICO



MÉDIA MENSAL DE PROCEDIMENTOS POR ANO



CUSTO MÉDIO DO PROCEDIMENTO POR ANO



5.2. Indicadores de Desempenho

INDICADORES DE EFICIÊNCIA

Nossos Indicadores de Eficiência foram construídos como as iniciativas prioritárias constantes no PPA 2024-2027, são elas:

194.1 - Ampliar o acesso gratuito à Justiça.

Entrega: 1893 - SERVIÇO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
921.035	346.933	754.882	1.086.204

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20619 - Promoção da Oferta de Serviços de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - FAADEP.	5.600.000,00	7.100.000,00	6.529.004,09	6.451.476,10	91,96	90,87
Total	5.600.000,00	7.100.000,00	6.529.004,09	6.451.476,10	91,96	90,87

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409160302\[gkx5dgfb-dpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409160302[gkx5dgfb-dpklwd4k1rfpjprw].PDF) 09/04/2025 às 16:03

Entrega: 1914 - ATENDIMENTO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
800	396	1.152	1.719

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2020-2023

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20688 - Promoção da Assistência Jurídica e Psicossocial Especializada às Vítimas e Familiares de Vítimas de Crimes Graves Contra a Pessoa - FAADEP.	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total:	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250409160302\[gkx5dgbfdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250409160302[gkx5dgbfdpklwd4k1rfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 16:03

Nota Explicativa: A ausência de execução orçamentária e financeira se deve ao fato de que esta entrega foi realizada através de ações vinculadas ao órgão 06000000-Defensoria Pública Geral do Estado.

Entrega: 1966 - AÇÃO REALIZADA

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
10	4	6	15

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20690 - Promoção da Oferta Itinerante de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - FAADEP.	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250409160302\[gkx5dgbfdpklwd4k1rfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/reL_20250409160302[gkx5dgbfdpklwd4k1rfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 16:03

Nota Explicativa: A ausência de execução orçamentária e financeira se deve ao fato de que esta entrega foi realizada

através de ações vinculadas ao órgão 06000000-Defensoria Pública Geral do Estado.

194.2 - Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.

Entrega: 1892 - EVENTO REALIZADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
80	34	65	96

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20691 - Promoção do Aperfeiçoamento Profissional e Cultural dos Servidores e Colaboradores da Defensoria Pública - FAADEP.	50.000,00	50.000,00	13.620,00	13.620,00	27,24	27,24
Total	50.000,00	50.000,00	13.620,00	13.620,00	27,24	27,24

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822\[gkx5dgbdpklwd4klrfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822[gkx5dgbdpklwd4klrfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 10:08

Entrega: 1967 - PROFISSIONAL QUALIFICADO

Execução Física:

Programado	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
2	0	1	1

Fonte: Sistema SIMA – PPA 2024-2027

Execução Financeira:

Ação	Lei	Lei+Crédito	Empenhado	Pago	% Emp.	% Pago
20618 - Promoção da Melhoria Contínua na Prestação dos Serviços de Assistência Judicial e Extrajudicial, Integral e Gratuita - FAADEP.	405.000,00	405.000,00	241.125,70	198.485,85	59,54	49,01
Total	405.000,00	405.000,00	241.125,70	198.485,85	59,54	49,01

Fonte: [https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822\[gkx5dgbdpklwd4klrfpjprw\].PDF](https://planejamento.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Exports/rel_20250409100822[gkx5dgbdpklwd4klrfpjprw].PDF)
09/04/2025 às 10:08

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 18 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024–2027	Entrega do Objetivo Específico	Realizado 2024 (A)	Investimento 2024 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	1.086.204	6.529.004,09	6,01
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	1.719	0,00	0,00
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	15	0,00	0,00
194.1.1892	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Evento Realizado	96	13.620,00	141,87
194.1.1967	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Profissional Qualificado	1	241.125,70	241.125,70

INDICADORES DE EFICÁCIA

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2018).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 19 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024–2027	Entrega do Objetivo Específico	Programado 2024 (A)	Realizado 2024 (B)	I (B/A)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	921.035	1.086.204	1,18
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	800	1.719	2,15
194.1.1965	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	10	15	1,50
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Evento Realizado	80	96	1,20
194.2.1968	Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.	Profissional Qualificado	2	1	0,50

INDICADORES DE ECONOMICIDADE

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2018).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 20 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NAS INICIATIVAS DO PPA

Código	Objetivo Específico PPA 2024–2027	Entrega do Objetivo Específico	R\$ / Unid. Entregues 2023 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2024 (I)	% Indic. (I/Ia)
194.1.1893	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Serviço Realizado	5,40	6,01	1,11
194.1.1914	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Atendimento Realizado	0,00	0,00	0,00
194.1.1965	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Ação Realizada	0,00	0,00	0,00
194.1.1966	Ampliar o acesso gratuito à Justiça.	Evento Realizado	0,00	141,87	0,00
194.2.1968	Melhorar a qualidade dos serviços defensoriais prestados à população.	Profissional Qualificado	113105,62	241.125,70	2,13

6

Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.

No exercício de 2024 o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não executou projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados.

Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 06/05/2025

7 Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;

Para o exercício de 2024 o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não executou transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres.

Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 06/05/2025.



8

Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;

O Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará não firmou, no exercício de 2024, Contratos de Gestão com Organizações Sociais na forma da Lei 12.781/97, de 30 de dezembro de 1997.

Fonte: Secretaria de Finanças DPGE em 06/05/2025.

9

Conclusão

9.1 Período de Gestão

A Defensoria Pública do Estado do Ceará é uma instituição pública que pensa e planeja suas ações, proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca por eficiência e eficácia no atendimento de sua missão constitucional exigem da Defensoria Pública do Estado do Ceará o planejamento de suas ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão cearense hipossuficiente.

A Defensoria Pública executa o seu planejamento institucional de forma participativa entre seus membros e a sociedade civil, com a realização em 2024 do IX Ciclo de Orçamento Participativo. Essa metodologia de definição das diretrizes, objetivos e metas da instituição mediante participação popular, demonstra o compromisso da atual gestão com a responsabilização democrática.

No período de 2023-2024 a Defensoria do Estado do Ceará apresentou melhoria em vários indicadores de governança, dentre os quais destacam-se exemplificadamente: (a) número total de atendimentos; (b) índice de execução dos projetos do planejamento estratégico; (c) índice de transparência pública e (d) classificação no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON).

2023	2024
1.538.259 atendimentos	1.973.275 atendimentos
91,12% de execução dos projetos do planejamento estratégico	58,03% de execução dos projetos do planejamento estratégico
95,13% de índice de transparência pública	96,01% de índice de transparência pública
Selo DIAMANTE - no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)	Selo DIAMANTE - no Programa Nacional de Transparência Pública da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon)

Os resultados alcançados são fruto do esforço contínuo da Defensoria Pública do Estado do Ceará em adotar metodologias e boas práticas de gestão pública no cumprimento de sua missão constitucional de promover acesso à justiça à população carente do Estado do Ceará.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará seguirá em 2025 aperfeiçoando o modelo de gestão, sempre em busca de promover serviço público de excelência à sociedade cearense.

10

Referências Bibliográficas

DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2024-2025. Fortaleza. 2024. Disponível em: <https://www.defensoria.ce.def.br/portal-da-transparencia/planejamento-estrategico/2024-2025/>

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Novembro/2018. Download em: https://www.gov.br/gestao/pt-br/aceso-a-informacao/estrategia-e-governanca/planejamento_estrategico_arquivos/livros_guias_publicacoes/guia-metodologico-para-indicadores-mp-2018.pdf ;

TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – N°3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO CEARÁ